

Moreira Mariz



PAUTA Senadores deverão examinar hoje, no encerramento do período legislativo ordinário, 15 medidas provisórias

Senado vota MPs hoje e inicia período de autoconvocação

O período de sessões ordinárias do Senado e da Câmara encerra-se hoje, obedecendo à norma constitucional que prevê o fim dos trabalhos em 15 de dezembro. No último dia de votações em Plenário, os senadores deverão deliberar sobre 15 medidas provisórias e dois projetos de lei em regime de urgência. A partir de amanhã, o Congresso inicia o período de autoconvocação, para votar o Orçamento de 2005.

Página 5

Relator pede indiciamento de Franco, Pitta e mais 89 pessoas

Documento de Mentor é considerado "pífio e infame" por Jefferson Péres e "peça iníqua" por Arthur Virgílio. Simon afirma que comissão "marcou o funeral das CPIs no Congresso Nacional"

José Cruz



REAÇÃO Observado por Antero (sentado), Heráclito Fortes (D), um dos críticos do relatório, conversa com Mentor (E)

O indiciamento de 91 pessoas, entre elas Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, e Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo, é a principal recomendação do relatório que o deputado José Mentor apresentou ontem à CPI do Banestado. O documento, que pode ser votado na próxima semana, recebeu críticas. O senador Pedro Simon disse que a comissão não investigou a fundo as questões levantadas. No Plenário, o senador Arthur Virgílio considerou "uma peça iníqua" o relatório, chamado de "pífio e infame" pelo líder do PDT, Jefferson Péres.

Documento propõe anistia fiscal

O relatório apresentado à CPI sugere anistia fiscal e penal para quem mandou dinheiro ilegalmente para o exterior e pretenda repatriá-lo. O benefício excluía envolvidos em desvio de dinheiro público e tráfico de drogas, armas, pessoas e órgãos.

Página 3

Educação apóia restabelecimento da MP sobre ProUni

A Comissão de Educação do Senado vai colaborar para o restabelecimento do texto da medida provisória (MP) que instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni). A garantia

foi dada pelo presidente da comissão, Osmar Dias, no encerramento da audiência com o ministro da Educação, Tarso Genro. A MP foi alterada pela Câmara dos Deputados, que reduziu

o número de vagas nas universidades privadas. O ministro esclareceu que podem ser perdidas 180 mil bolsas de estudo em quatro anos, se o texto da Câmara não for alterado.

Página 4



AUDIÊNCIA Ao lado de Osmar (D), Tarso afirma que o ProUni beneficia pessoas que jamais chegariam à universidade sem as bolsas de estudo

Célio Azevedo



CÂMARAS Valadares diz que número de vereadores foi reduzido, mas as despesas se mantiveram

Valadares alerta: aumentou gasto com vereadores

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou o Plenário para os gastos proporcionalmente maiores das câmaras de vereadores em todo o país. Apesar da redução do número de vereadores, determinada por resolução do Tribunal Superior Eleitoral, os legislativos municipais mantiveram o mesmo orçamento da legislatura anterior.

Valadares lembrou ter relatado proposta de emenda à Constituição que disciplinava o critério de composição das câmaras municipais, a qual acabou sendo rejeitada pelo Senado.

– A proposta previa uma diminuição do número de vereadores, com redução proporcional dos gastos das câmaras. Eu adverti para o fato de que, sem a previsão concreta da redução de gastos, as câmaras manteriam o mesmo nível de despesas, apesar do número menor de vereadores. É isso que está ocorrendo em todo o país – explicou.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou com a análise de Valadares.



Pauta continua travada por MPs

Dois projetos de conversão que tratam de reestruturação de carreiras e gratificações estão entre os itens que travam a pauta da sessão de amanhã, às 14h30. Um deles (PLV 57/04) é o Plano de Carreira para a Área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais; o segundo (PLV 58/04) reorganiza, entre outros, as classes da Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Lançamento do livro da Comissão do Ano da Mulher

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 11h, da apresentação do relatório da Comissão do Ano da Mulher e do lançamento do livro *Proposições legislativas – questão de gênero de 1826-2004*. Às 12h,

Sarney comparece à inauguração dos novos estúdios da TV Senado e, às 15h30, à cerimônia de anúncio do Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano.

Audiência na CCJ sobre compra de votos

A comissão debate o projeto (PLS 76/03) que antecipa a data pela qual se caracteriza a compra de votos para o dia da escolha na convenção partidária. Hoje, a infração só é considerada a partir do registro da candidatura. Os presidentes do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim; da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato; e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella, participam da reunião.



Empréstimo para o Bolsa-Família e política pesqueira na CAE



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute hoje, a partir das 9h30, autorização para empréstimo de US\$ 572,2 milhões para o programa Bolsa-Família, e projeto (PLC 29/03) que trata da política

pesqueira nacional e regula a atividade. Às 15h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota projetos de créditos suplementares e relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2005.

Ministro dos Transportes participa de reunião conjunta

O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, participa, às 10h, de reunião conjunta das Comissões de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC). O ministro vai falar sobre rodovias. Em seguida, a CI vota a indicação de José Machado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Normas para uso de silicone

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 11h. Na pauta, projeto (PLC 26/99) que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. Às 11h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota indicações para titulares das embaixadas brasileiras na Nicarágua e na Bósnia-Herzegovina.

Roteiro de trabalho

Às 9h, a Subcomissão Operação Pororoca, que acompanha as investigações da Polícia Federal sobre irregularidades em licitações, reúne-se para discussão e votação do roteiro de trabalho. Às 10h, a CPI da Terra vota requerimentos, e, após a ordem do dia, a Comissão Externa das Terras Indígenas vota o Relatório Parcial de Rondônia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



CUMPRIMENTO Mozarildo Cavalcanti comemora desempenho de Roraima em certame sobre investimentos

Mozarildo: equipe de RR vence o Desafio Sebrae

Ao cumprimentar a equipe de Roraima "A Turma da Vez", vencedora da quinta edição do Desafio Sebrae – Jogo de Empresas, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse ontem que a conquista mostra que, se o país deixar de concentrar investimentos apenas nas regiões mais ricas, poderá se surpreender com os ótimos resultados que colherá.

Os vencedores, alunos da Universidade Federal de Roraima, disputaram a etapa final, em Brasília, com estudantes de outras sete equipes. Ao todo, 13 mil equipes, reunindo mais de 56 mil universitários, concorreram ao prêmio.



HOMENAGEM João Alberto aplaudiu o transcurso do jubileu de ouro de sacerdote maranhense

João Alberto registra jubileu de monsenhor Flávio

O senador João Alberto (PMDB-MA) aplaudiu o transcurso do jubileu de ouro do monsenhor Flávio de Souza Barros, celebrado no último domingo. O sacerdote nasceu no município de Vitória do Mearim (MA), onde foi pároco durante oito anos e, em seguida, exerceu o cargo de vigário de Araióses (MA) por mais 42 anos.

Ao completar 50 anos de sua ordenação, disse o senador, monsenhor Flávio mereceu a homenagem que lhe foi prestada por vários estados.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Relator da CPI do Banestado cita 500 nomes e quer indiciar 91

■ Mentor sugere anistia a quem queira repatriar dinheiro enviado ilegalmente para o exterior

O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado cita 500 nomes, entre políticos, empresários, empresas e instituições bancárias envolvidos em transações consideradas ilícitas. O relator recomenda o indiciamento de 91 pessoas, entre elas Gustavo Franco, que presidiu o Banco Central no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. O relatório do deputado José Mentor (PT-SP) – que sugere também anistia fiscal e penal para quem enviou ilegalmente dinheiro para o exterior e queira repatriá-lo – foi



POLÊMICA Ao lado do presidente da CPI, senador Antero de Barros, o deputado José Mentor lê seu relatório, que sofreu críticas de parlamentares

lido ontem na CPI e será votado na próxima semana.

Gustavo Franco é acusado de ter aberto uma brecha legal que facilitou o esquema de evasão de divisas a partir da cidade de Foz do Iguaçu (PR).

Celso Pitta é acusado de crime de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, declaração falsa às autoridades fazendárias e ocultação de bens.

O nome do ex-governador Paulo Maluf, de São Paulo, não

consta do relatório, já que os documentos em posse da CPI não teriam permitido comprovar qualquer tipo de crime. O presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), observou que os documentos sobre Maluf foram negados à comissão, “inclusive por orientação do Ministério da Justiça”. Diversos parlamentares criticaram o relatório.

A CPI do Banestado investigou a remessa ilegal de dinheiro para paraísos fiscais por meio das chamadas contas CC-5. A estimativa é de que no período de 1996 a 2002 saíram do país de forma irregular cerca de US\$ 32 bilhões. Antero informou que o relatório será votado na próxima terça-feira. Ficou acertado que o prazo para apresentação de emendas terá início hoje e vai se prolongar até segunda-feira, quando Mentor dará o seu parecer sobre as emendas.

Comissão rastreou 1,6 milhão de operações

O relator da CPI do Banestado, deputado José Mentor, leu apenas o resumo do seu relatório, que tem 1.500 páginas. Ele começou informando aos membros da comissão que 1,6 milhão de operações foram rastreadas e que milhares de nomes foram observados, entre pessoas físicas e jurídicas. Mas admitiu que não poderia provar se cometeram ou não irregularidades.

Com relação ao Banestado, Mentor reconheceu que “muitas operações foram revestidas de legalidade, embora várias irregularidades por lá tenham passado”. Quanto às contas CC-5, o relator informou que a maioria apresenta “presunção de legalidade”.

Mentor também classifica de “intrigante e mal explicada” a operação casada que resultou na compra do banco brasileiro Excel Econômico pelo espanhol Bilbao Vizcaya (BBV), quando Gustavo Franco presidia o Banco Central (1998).

As empresas públicas CRT e Sabesp são acusadas de operação ilegal, já que, ao emitir ações via BB Security (Banco do Brasil), colocaram dólares no exterior nas mãos de pessoas que manipulariam o mercado paralelo. Mentor afirmou que a evasão de divisas que teve início em Foz do Iguaçu, em 1996, poderia ser evitada caso houvesse maior entrosamento entre instituições como Receita, Polícia Federal e Banco do Brasil.



FRUSTRAÇÃO Conforme Pedro Simon, CPI não investigou a fundo as questões levantadas

Simon vê "funeral das CPIs no Congresso"

A esperada divulgação dos cerca de 400 nomes de políticos que estariam envolvidos em fraudes e evasão de divisas não constou no relatório do deputado José Mentor, a não ser o nome de Celso Pitta.

A oposição insistiu na tese de que houve partidização do relatório, que não contém nomes como o do atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que se sentia frustrado com os resultados da CPI. Para ele, a comissão, em quase um ano e meio de trabalho, não investigou a fundo as questões levantadas. Por isso, propôs que toda a documentação fosse encaminhada à Procuradoria Geral da República para que, em conjunto com a Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público, aprofunde as investigações.

Pedro Simon afirmou ainda que a CPI do Banestado “marcou o funeral das CPIs no Congresso Nacional”. Ele estranhou que apenas um político, Celso Pitta, tenha figurado como nome a ser indiciado.



REPARAÇÃO Arthur Virgílio diz que acusados injustamente devem ser retirados do relatório

Para Virgílio, relatório é "peça iníqua"

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), qualificou como “uma peça iníqua” o relatório da CPI do Banestado. Ele conclamou deputados e senadores a reverem as injustiças que, a seu ver, foram cometidas. Trata-se, afirmou, de uma tarefa dupla: retirar do relatório os nomes dos acusados injustamente e incluir os de outros que, para ele, foram erroneamente ino-centados.

Arthur Virgílio lamentou a acusação contra Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso, e a atribuiu ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que qualificou como “figura pequena e mesquinha”.

O representante amazonense afirmou que “o relatório, de maneira bem política, procura livrar a cara de todas as pessoas ligadas ao governo”. Ele citou, entre essas pessoas, o ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e o ex-diretor do Banco Central, Luiz Augusto Candiota, além de Henrique Meirelles. Lamentou ainda a ausência de acusações ao ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf.

Em Plenário, solidarizaram-se com Arthur Virgílio e com o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), citado no relatório da comissão, os líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PDT, Jefferson Péres (AM), que classificou o relatório de “pífio e infame”.

O senador Pavan comentou que o relator da CPI o procurou, antes da leitura do relatório, e lhe disse que o citaria no documento, mas que não tinha nada contra ele, nem mesmo indícios. Pavan indignou-se.

– Ora, como é que um relatório de CPI cita o meu nome, sem que haja indícios? Por que ele quer me incriminar? – questionou o senador.



IMPRESSÃO Romeu Tuma destaca repercussão do discurso de Lula na abertura dos trabalhos

Tuma: assembléia da ONU discutiu mais que terror

Designado como um dos observadores enviados pelo Senado Federal ao 59º período de sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, na sede da ONU em Nova York, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse ter ficado surpreso ao constatar que a tônica das discussões não recaiu no terrorismo e que outros temas foram enfatiza-

dos nos projetos de resolução submetidos ao plenário da assembléia.

Além da ambição brasileira de assento permanente no Conselho de Segurança, acrescentou o senador, as resoluções mais alentadas da Assembléia Geral tiveram como tema “Os oceanos e o direito do mar”. Ele também informou que al-

cançou grande repercussão o discurso do presidente Lula na abertura dos trabalhos, incumbência que cabe tradicionalmente ao Brasil.

– O presidente Lula lembrou que nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns – citou Tuma.

Educação luta para manter bolsas de estudo do ProUni

■ Em audiência pública com Tarso Genro, Osmar Dias afirma que comissão defenderá texto original da MP

A Comissão de Educação (CE) irá colaborar para que seja restabelecido o texto da medida provisória (MP) de instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni), alterado pela Câmara dos Deputados, que reduziria o número de bol-

sas nas universidades privadas. A garantia foi dada ontem pelo presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), no encerramento de audiência pública com o ministro da Educação, Tarso Genro. "Todos nós queremos recuperar o texto original da MP", afirmou o senador.

O ministro disse que o ProUni é um programa para pessoas que jamais chegariam à universidade se não houvesse o sistema de bolsas. Ele destacou que a Câmara reduziu o número de bolsas criadas pela MP – 120

mil – para aproximadamente 75 mil, o que resultará na perda de cerca de 180 mil bolsas de estudo em quatro anos. Tarso Genro manifestou a expectativa de que o Senado vote pelo retorno ao número inicial de bolsas.

Sobre a política de cotas, Tarso Genro observou que há uma campanha que faz parecer que os afro-descendentes e indígenas serão cooptados pelas universidades só pela condição social ou etnia. "Não se trata disso: o vestibular é mantido, o mérito é mantido", disse.



DEBATE Genésio Vieira e Maria Gurgel (E) ouvem o senador Flávio Arns na audiência da Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

Arns quer atendimento a maior número de deficientes

O presidente da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, senador Flávio Arns (PT-PR), defendeu ontem a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), com o objetivo de atender a um número maior de deficientes e idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada. Durante audiência pública, com a participação de representantes dos portadores de necessidades especiais e do governo, Arns afirmou que a soma da renda *per capita* familiar para o deficiente fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada deve ser elevada do atual um quarto do salário mínimo para metade ou até o salário inteiro.

De acordo com Ana Maria Barbosa, representante da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, o governo investe cerca

de R\$ 3 bilhões no Benefício de Prestação Continuada, que atende cerca de 1,1 milhão de deficientes. Ana Maria acredita que, com a mudança dos critérios, o número de deficientes pode subir para até 3 milhões.

Isabel Maria Madeira de Loreiro Maior, coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), entende que os 24,5 milhões de deficientes precisam ter acesso à educação, saúde e trabalho.

– O que nos dá dignidade é o trabalho – afirmou Genésio Fernandes Vieira, conselheiro do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

O relator da subcomissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ressaltou a necessidade de mais divulgação para o Benefício de Prestação Continuada.



BENEFÍCIO Segundo Tarso Genro (à esquerda, ao lado de Osmar Dias), ProUni garante vagas para os mais carentes

Tarso define reforma do ensino superior

O ministro Tarso Genro relacionou as principais características da proposta de reforma do ensino superior: o refinanciamento, a expansão e a qualidade da universidade pública; a instituição de novos marcos regulatórios, inclusive de qualidade, para as instituições não estatais; o esboço de desenho de um novo espaço entre o estatal e o privado; e o sistema de proteção do aluno de baixíssima renda, com o

sistema de cotas.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), defendeu a redação original da MP do ProUni. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) propôs que as bolsas não integrais ofereçam descontos entre 30% e 50%, e não apenas de 50%, enquanto Efraim Morais (PFL-PB) sugeriu um estudo sobre as bolsas parciais, para uma melhor definição dos descontos em relação às faixas de renda. Tarso Genro prontificou-se a

discutir essas propostas.

Fátima Cleide (PT-RO) questionou o andamento da proposta do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), João Capiberibe (PSB-AP) falou sobre as dificuldades das universidades da Amazônia para contratar professores, e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) elogiou a atuação de Tarso Genro. O ministro disse que, em 15 de fevereiro, o governo encaminhará a proposta do Fundeb.

César Borges quer revolução educacional

O senador César Borges (PFL-BA) conclamou o governo a fazer uma revolução educacional para garantir crescimento econômico, geração de empregos e combate à desigualdade social. Segundo ele, essa revolução precisa começar pela educação básica, que engloba a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio.

Ele disse haver uma distorção nos gastos com a educa-



DISTORÇÃO César Borges estranha que universidade gaste 17 vezes mais por aluno que o ensino básico

ção, pois o ensino universitário gasta 17 vezes mais por aluno do que o ensino básico. A título de comparação, na Coreia do Sul essa proporção é de dois para um, comentou

o senador.

Segundo César Borges, o Fundeb, criado no governo Fernando Henrique, conseguiu grandes avanços no ensino fundamental, mas precisa ser complementado por esforços semelhantes em relação à pré-escola e ao ensino médio. Ele lembrou que a educação foi o fator decisivo para o vigoroso crescimento econômico de países asiáticos, em especial a Coreia do Sul, que nos últimos 40 anos viu sua renda *per capita* crescer quase 20 vezes. No mesmo período, a renda brasileira cresceu apenas quatro vezes.



UNANIMIDADE Ao lado de José Jorge e Augusto Botelho, Jerson Kelman fala aos senadores da Comissão de Infra-Estrutura, que aprovaram sua indicação

Jerson Kelman deverá dirigir Aneel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, por unanimidade, o nome do engenheiro Jerson Kelman para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O indicado, que substituirá José Mário Abdo, foi diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). O assunto será examinado ainda pelo Plenário do Senado.

Kelman foi o coordenador da equipe que diagnosticou as causas do racionamento de

energia, em 2001, apontando que as razões não eram apenas a falta de chuvas, mas também a ausência de investimentos e falhas de comunicação entre os órgãos de governo.

Carioca de 56 anos, Kelman formou-se em Engenharia Civil no ano de 1971. De 1976 a 1991, foi pesquisador do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Também exerceu o cargo de consultor do Banco Mundial no semi-árido nordestino.

Congresso estenderá trabalho até dia 23

■ Senador afirma que, no período, só será votada matéria no âmbito do Congresso, como o Orçamento da União

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o período de sessões ordinárias das duas Casas do Congresso Nacional encerra-se hoje, obedecendo ao preceito constitucional que prevê o fim dos trabalhos no dia 15 de dezembro. Haverá autoconvocação até o dia 23, mas somente para a votação do Orçamento da União de 2005.

– Nesse período, só podemos votar o Orçamento, por se tratar de convocação do Congresso. Não vamos ter sessões a partir de quinta-feira, e vamos tentar votar nesta terça-feira (ontem) e nesta quarta-feira; o que não for possível examinar, ficará para depois do recesso. Isso vale também para a Câmara – explicou.

Sarney disse que é impossível prorrogar os trabalhos do Legislativo até o dia 31 de janeiro, como deseja o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Bernardo (PT-PR).

– Acho que devemos fazer



TRANSPARÊNCIA José Sarney, ao lado de Agaciél Maia, inaugura o serviço Alô Senado, que substitui A Voz do Cidadão

um esforço para que a comissão conclua seus trabalhos até o dia 23. O que está acertado entre o presidente do Senado e o presidente da Câmara é fazermos a convocação até o dia 23 de dezembro. Eu não conheço ainda as motivações que levaram o presidente da Comissão de Orçamento a pedir essa prorrogação. Essa prorrogação até 31 de janeiro é impossível.

Parcerias

Indagado por um repórter se, numa hipótese de convocação,

seria possível incluir nas votações o projeto das parcerias público-privadas (PPPs), Sarney explicou que só seria tratada matéria do âmbito do Congresso, no caso, o Orçamento. Ele disse ainda que será possível votar o projeto das PPPs na sessão de hoje do Senado.

– Não acho impossível. As medidas provisórias que estão em nossa pauta são quase todas consensuais: versam sobre funcionalismo e abertura de crédito e nenhuma delas é polêmica.

Sarney confirmou que, caso não sejam votadas as medidas provisórias, o projeto das PPPs ficará para o ano que vem.

Balanço

Na sua avaliação, há um saldo positivo dos trabalhos de 2004. "Acho que nós fizemos tudo que estava na nossa pauta, restando apenas o projeto das PPPs, mas todas as outras matérias que nos propusemos aprovar nós aprovamos. O Senado contribuiu bastante para que o governo Lula pudesse implementar suas políticas

públicas. O país contou com o Senado – declarou.

Sobre sua conversa com o presidente da República, Sarney afirmou que Lula "foi muito enfático ao agradecer a ala do PMDB que ficou com ele e tem dado apoio ao seu governo, e frisou que nós seremos os interlocutores do governo e que deseja estreitar cada vez mais relações com aqueles que no Senado e na Câmara o apóiam, porque precisa desse apoio para fazer o governo que deseja".

Alô Senado

José Sarney inaugurou ontem o serviço Alô Senado, nova central de relacionamento com o público que substitui o 0800-A Voz do Cidadão. Além de dar informações e recolher sugestões, opiniões e críticas sobre o trabalho legislativo, o serviço vai realizar pesquisas de opinião sobre os temas em discussão na Casa.

O senador situou o novo serviço dentro do esforço de assegurar a máxima transparência às atividades do Senado. Foi esse objetivo que orientou a criação da atual estrutura de comunicação da Casa, com TV, Rádio, Jornal e Agência Senado, iniciada durante a primeira gestão de Sarney na Presidência da Mesa.

Acolhidos nomes para Comissão Representativa

Os nomes dos senadores que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional durante o recesso do Legislativo foram aprovados ontem pelo Plenário.

Foram acolhidos, como titulares, Leonel Pavan (PSDB-SC), Paulo Octávio (PFL-DF), Delcídio Amaral (PT-MS), Ideli Salvatti (PT-SC), José Sarney (PMDB-AP), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Como suplentes, Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demostenes Torres (PFL-GO), Sibá Machado (PT-AC), Serys Slhessarenko (PT-MT), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Valmir Amaral (PMDB-DF) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

Caberá à comissão, entre outras funções, votar créditos adicionais e tratados, convênios ou acordos internacionais, e fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo.

Senadores aprovam a gratificação de estímulo ao magistério superior

O Plenário aprovou ontem e enviou à sanção presidencial o projeto de lei de conversão da medida provisória que institui a gratificação de estímulo à docência no magistério superior nas universidades públicas, e que será paga de acordo com uma pontuação baseada nos cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, além do número de horas de trabalho. Em 180 dias, o governo deve regulamentar as novas formas e fatores de avaliação qualitativa do desempenho dos professores.

– Os efeitos da medida atingirão 73.483 servidores, a partir de 1º de maio deste ano – disse a relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), que deu parecer favorável ao projeto de conversão (PLV 55/04) da MP 208/04.

Desoneração

Também foi aprovado o projeto de conversão (PLV 56/04) da medida provisória (MP 209/04) que altera as regras da previdência complementar, dando tratamento mais uniforme aos diversos tipos de previdência privada, desonerando as aplicações dos recursos desses fundos e incentivando as aplicações em fundos de investimentos que apliquem em fundos de longo prazo. A matéria agora vai à sanção.

O projeto institui novas regras para a previdência privada, mas em caráter opcional para as pessoas que ingressarem em planos de benefícios a partir do ano que vem. O relator-revisor da matéria no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a medida "aprimora a situação tributária da poupança previdenciária", ao incidir a arrecadação de imposto apenas

quando houver o pagamento do benefício ao segurado, não mais na aplicação. A medida também estimula o investimento a longo prazo, afirmou o relator. Jucá apresentou emenda de redação, aprovada em Plenário.

Na discussão, o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), lamentou que o excesso de medidas provisórias retira "o gostoso do trabalho parlamentar", que é o estudo das proposições apresentadas. Lúcia Vânia (PSDB-GO) frisou que, "em que pese ao açoitamento no exame da matéria, a proposta é um passo decisivo para o aprimoramento da tributação sobre a poupança previdenciária".

Além de nove medidas provisórias e dois projetos de lei em regime de urgência que não foram votados, outras seis MPs, lidas na sessão de ontem, também passaram a bloquear a pauta do Senado.

ACM quer pressa em novas regras sobre as MPs

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da comissão especial criada para aperfeiçoar a tramitação das medidas provisórias, anunciou a intenção de concluir rapidamente os trabalhos para que, em fevereiro, o Congresso retome as atividades já com as alterações necessárias.

O senador apresentou proposta para restringir o poder do presidente da República de editar medidas provisórias. Ele quer também fixar novos prazos de tramitação: 60 dias para a Câmara dos Deputados e 30 dias para o Senado.

Antonio Carlos pretende ainda limitar o tipo de legislação que pode ser alvo de alteração por meio de MP. A proposta foi distribuída a todos os integrantes do colegiado.

O relator da comissão é o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF).



RECONHECIMENTO Reportagem do *NYT* mostra competitividade do Brasil, afirma Lúcia Vânia

Lúcia Vânia aponta vitória da agricultura brasileira

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) analisou ontem o sucesso obtido nos últimos anos pela agricultura brasileira, especialmente aquela desenvolvida no Centro-Oeste. Ela citou matérias e artigos, inclusive do jornal norte-americano *The New York Times*, mostrando que o Brasil pode competir hoje com qualquer país do mundo na produção de grãos.

De acordo com a senadora, a reportagem do *NYT* é de autoria do jornalista Larry Rother, que escreveu sobre “uma explosão de exportações agrícolas, alimentada por uma combinação de políticas em consonância com o mercado e avanços na agronomia”. O *NYT* afirma que “terras tropicais antes sem uso atingiram níveis de produtividade superiores aos da Europa e Estados Unidos”.

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, confirmou os números divulgados pelo jornal: o Centro-Oeste seria capaz de oferecer duas colheitas por ano, rendendo três toneladas de grãos por 0,40 hectare.

A diversificação de culturas implantadas no cerrado graças ao trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem sido a responsável por esse desempenho produtivo. O café, que na década de 60 respondia por 60% das exportações brasileiras, agora ocupa o 7º lugar na lista. Da produção de grãos, destacando-se soja e milho, o Centro-Oeste garante 40%, ressaltou a senadora.

Citando também a revista *Amanhã*, publicação nacional, Lúcia Vânia chamou a atenção para a evolução agrícola do estado de Goiás, o que mais cresceu em 2003 e 2004 e que está agora em 8º lugar no *ranking* dos estados brasileiros.

Tebet faz balanço positivo das atividades da CAE

■ Comissão votou este ano 23 projetos de lei, 27 mensagens e realizou 18 audiências públicas

Defendendo a transparência e a publicidade das prestações de contas como requisitos do serviço público, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um balanço – que considera positivo – das realizações daquela comissão em 2004

– Conhecer o que foi feito e o que se deixou de fazer, compreender as razões de sucessos e eventuais malogros são maneiras de aperfeiçoar o trabalho para os próximos períodos, com o aproveitamento das lições absorvidas a partir de acertos e erros – observou.

Tebet informou que a CAE



RELEVÂNCIA Todas as matérias importantes para o país foram analisadas pela CAE, segundo Tebet

apreciou 27 mensagens do Senado, 13 projetos de lei do Senado e dez projetos de lei da Câmara dos Deputados. Além disso, foram realizadas 18 audiências públicas e nove sabinas de autoridades indicadas para cargos no governo, e aprovados 60 requerimentos. Apesar das eleições municipais e do “constrangimento de inú-

meras medidas provisórias”, o senador assinalou que foram apreciadas todas as matérias importantes para o país.

– Na função de fiscalização do Poder Executivo, a CAE convocou para audiência pública, por três vezes, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e também os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, do Turismo, Walfrido Mares Guia, do Planejamento, Guido Mantega, e da Integração Nacional, Ciro Gomes. Foram ouvidos ainda vários governadores sobre a dívida pública.

Tebet destacou também a aprovação da Lei de Recuperação de Empresas (antiga Lei de Falências), o projeto das parcerias público-privadas, a Lei de Biossegurança, o Estatuto da Igualdade Racial e a lei que obriga União, estados e municípios a disponibilizar, em tempo real, informações sobre a execução orçamentária.



RESULTADO PIB da Bahia deve crescer 8,5% este ano, segundo Antonio Carlos

ACM destaca crescimento da economia baiana

Ao destacar o crescimento da economia baiana nos últimos dois anos, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) informou ontem que o produto interno bruto (PIB) de seu estado tem previsão de crescimento de 8,5% este ano, bem acima da média nacional, segundo ele estimada em 5,08%. Antonio Carlos enfatizou ainda que esse crescimento se deu sobre uma base já expandida em 7,7% no ano passado.

Antonio Carlos afirmou que o crescimento é mais notável quando se constata que outros importantes centros industriais do país, como São Paulo e Minas Gerais, somente agora retomam o patamar de produção de 2002. Além disso, considerou os resultados “ainda mais animadores e consistentes” porque o crescimento se dá em todos os segmentos da economia, como a agricultura, a indústria, o turismo e as atividades de lazer e serviços. Ele apontou ainda um crescimento de 15% da indústria da transformação, com destaque para o setor automotivo, que deverá crescer 49%.

– A Bahia se torna o 3º maior produtor de automóveis do país – afirmou o senador, ressaltando ainda que a ocupação média dos hotéis baianos alcança 75%.

Presidente da comissão especial que deve sugerir mudanças no rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso, Antonio Carlos pediu a todos os senadores que enviem suas emendas para o anteprojeto.

O representante da Bahia ainda congratulou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pelos dados apresentados no dia anterior sobre o titular da Controladoria Geral da União, Waldir Pires.

Vai à CCJ projeto que proíbe o incentivo ao fumo

A proibição de incentivos fiscais da União à indústria tabagista, como está no projeto de lei da Câmara (PLC 53/03), terá de obter parecer prévio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a sua constitucionalidade e juridicidade. Requerimento do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), com esse pedido, foi aprovado ontem na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Assim, a CAE só voltará a examinar o relatório do senador Almeida Lima (PDT-SE), favorável ao projeto, depois de ele ser analisado pela CCJ.

O governo não conseguiu evitar o pedido de verificação de quórum, formalizado pelo senador César Borges (PFL-BA), e buscar um acordo para a aprovação do relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável à autorização para o financiamento de US\$ 572,2 milhões do Banco Mundial, destinado a apoiar o programa Bolsa-Família. Borges questionou o fato de apenas US\$ 15 milhões do total do empréstimo serem aplicados obrigatoriamente no Bolsa-Família.



ROYALTIES Sérgio Cabral (à esquerda, ao lado de César Borges e Efraim Morais) é autor da proposta que repara perdas com regra do ICMS

Compensação para estados produtores de petróleo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou relatório de Ney Suassuna (PMDB-PB) favorável a projeto que trata de uma nova repartição dos *royalties* e da participação especial incidentes sobre o acréscimo na produção de petróleo e gás.

Um acordo firmado na última hora entre o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o autor do projeto, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), viabilizou a aprovação da matéria na CAE. O governo aceitou realizar as audiências com representantes dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, propostas por Merca-

dante, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde serão feitos os entendimentos sobre o mérito do projeto (PLS 222/04).

Cabral sustenta que essa nova distribuição é uma forma de compensar os estados produtores de petróleo e gás pelas perdas com a “regra discriminatória” do ICMS. Segundo o senador, a legislação determina o pagamento de ICMS sobre esses produtos no destino, quando a incidência desse tributo sobre os demais artigos recai na origem. O Rio de Janeiro, exemplificou, deixa de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão com o sistema atual.



PREJUÍZO Hélio Costa prevê perdas ao erário com retirada, pela Câmara, de dispositivo da Lei de Informática

Hélio Costa critica rejeição de emenda

Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou a decisão da Câmara dos Deputados de, ao aprovar a Lei de Informática – que estende por dez anos (de 2009 a 2019) os benefícios tributários do setor –, ter rejeitado emenda do Senado que impediria um prejuízo de R\$ 73 milhões aos cofres públicos. Ele informou que o projeto está na mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser sancionado.

Hélio Costa, que foi relator da matéria durante a tramitação na Comissão de Educação do Senado, disse que a Câmara acolheu nove das dez emendas feitas pelo Senado, mas rejeitou a que impede que as empresas de tecnologia que não investiram em pesquisa e desenvolvimento no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2002 fiquem isentas de repor aos cofres públicos a importância devida.

Segundo o senador, o prejuízo inicial de R\$ 73 milhões (total que as empresas deixaram de investir em tecnologia e que deveriam pagar ao governo) poderá se transformar em R\$ 130 milhões, se a União tiver que ressarcir os valores investidos pelas empresas que cumpriram a lei em vigor. Ele comparou que o total que o governo perderia seria suficiente para custear 450 mil bolsas-família.



COMEMORAÇÃO Heloísa lembra que marca é obtida quando completa um ano a sua expulsão do PT

Papaléo: mínimo deveria estar acima de R\$ 660

■ Com reajuste cogitado, segundo o senador, salário atenderia só 16% das necessidades do trabalhador

O salário mínimo deveria estar muito acima de R\$ 660, levando-se em conta a manutenção do poder aquisitivo desde a sua criação, em 1940, afirmou ontem o senador Papaléo Paes (PMDB-AP). Ele lembrou que, segundo estabelece a Constituição, o piso salarial deve ser capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família

– Diante do texto constitucional, não há qualquer argumento que possa justificar esses reajustes propostos pelo governo, que a bem da verdade atenderão tão-somente menos



DEBATE "Há necessidade absoluta de nos envolvermos na discussão do salário mínimo", diz Papaléo

de 16% das necessidades de uma família – afirmou.

Papaléo criticou as propostas de antecipação do reajuste para janeiro. De acordo com uma delas, o salário passaria dos atuais R\$ 260 para R\$ 290 em janeiro de 2005. Por outra, o reajuste seria dividido em duas etapas, chegando a R\$ 300 em

maio. A seu ver, mais uma vez há muitos debates, mas muito pouco é oferecido aos assalariados.

O parlamentar reconheceu as dificuldades do governo para remanejar despesas, realizar cortes e identificar supérfluos, mas sustentou ser possível e "justíssimo" um salário mínimo de R\$ 320, como estão reivindicando as centrais sindicais, que realizam uma marcha até o Palácio do Planalto. Observou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "teve como proposta para a sua eleição dobrar o salário mínimo em quatro anos de mandato".

– Há uma necessidade absoluta de nos envolvermos na discussão do salário mínimo. Não queremos passar pelo desgaste que passamos no ano passado e precisamos defender um salário mínimo justo.

Pavan sugere regras fixas para recomposição do valor

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu uma política de recomposição do salário mínimo com base em projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) do qual é relator. "O projeto evita que se fique discutindo, a cada ano, se o aumento do mínimo será de R\$ 10 ou R\$ 20, valores absolutamente inócuos", disse Pavan, acrescentando que a proposta estabelece uma série de regras fixas para recompor o mínimo ao longo de dez anos.

A primeira regra do projeto (PLS 220/04), explicou, seria a devolução obrigatória do que a inflação do ano anterior retirou do salário, com base em reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Outra parcela

do reajuste seria baseada nos ganhos de produtividade.

– Se uma firma tem um grande lucro durante o ano, e cresce como resultado do esforço de seus trabalhadores, é justo que eles recebam participação nesse lucro – afirmou.

Leonel Pavan ressaltou que "o ganho, a lucratividade do país, é medido pelo aumento do produto interno bruto (PIB)".

– A proposta é: se o PIB cresceu tanto por cento em um ano, essa porcentagem será aplicada nos salários a partir do ano seguinte. Se não cresceu, não se mexe nessa parte do salário – observou. A última parcela do reajuste seria "aquela referente à necessidade de redistribuição de renda, talvez o maior de



SAÍDA Leonel Pavan (foto) apóia projeto de Roberto Saturnino que fixa nova política de remuneração

todos os problemas", prosseguiu Pavan. Segundo ele, essa última etapa seria estabelecida anualmente de acordo com um percentual, fixado por lei própria, de no mínimo 1% e no máximo 6% ao ano.

Pavan criticou o governo Lula pelo que considera desinteresse por uma política de recomposição do salário e pela "insistência em uma política de barganhas".



DEBATE Paulo Paim lamenta o fato de vários partidos não terem indicado membros para comissão

Paim quer adoção de uma política permanente

A adoção de uma política permanente de reajuste do salário mínimo voltou a ser defendida pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Ele estranhou que vários partidos ainda não tenham indicado seus representantes para compor uma comissão mista especial, já aprovada pelo Congresso, com deputados, senadores e lideranças dos trabalhadores e dos empresários, com o objetivo de definir essa política, aproveitando os vários projetos que tramitam na Casa.

Paim disse ter recebido em seu gabinete membros da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que solicitaram sua intermediação para audiência com integrantes do governo visando discutir o reajuste das aposentadorias e pensões.

O parlamentar foi apoiado, em apartes, por Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Papaléo Paes (PMDB-AP), Ramez Tebet (PMDB-MS), Hélio Costa (PMDB-MG) e Heloísa Helena (PSOL-AL), que elogiaram seu trabalho em defesa da melhoria de vida dos trabalhadores.

Ao final do pronunciamento, Paim parabenizou os atletas brasileiros Daiane dos Santos, Diego Hipólito e Daniela Hipólito pelo desempenho no campeonato mundial de ginástica realizado na Inglaterra.

PSOL já tem assinaturas necessárias à legalização, diz Heloísa

O PSOL conseguiu as 438 mil assinaturas necessárias à sua legalização, informou ontem ao Plenário a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), observando que a marca é obtida quando completa um ano a expulsão, dela e de outros parlamentares, do Partido dos Trabalhadores (PT) por divergências com o governo Lula.

A senadora assinalou que a luta pela criação da nova legenda faz parte do sonho pela implantação de uma sociedade socialista. Lembrando os motivos da expulsão e as posições assumidas pelo governo, Heloísa reafirmou seus princípios contrários ao capital e às "facilidades" do poder.

Heloísa relatou o esforço para

conseguir as assinaturas necessárias ao registro definitivo do PSOL na Justiça Eleitoral. Segundo ela, a tarefa foi dificultada pelo cuidado que os seus fundadores tiveram em elaborar um programa com base em discussões com o maior número de pessoas possível.

– Trabalhamos com disciplina e alegria para a construção

coletiva de um programa sólido. Numa luta entre desiguais, o silêncio e a omissão significam cumplicidade com o mais forte – frisou a senadora, que foi saudada por Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Ramez Tebet (PMDB-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e Osmar Dias (PDT-PR).

Governador quer solução para fluxo migratório rumo ao DF

■ Comissão de Justiça discute com Roriz proposta de criação de estado em torno da capital federal

Em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, evitou assumir posição sobre a proposta de criação do estado do Planalto Central. A nova unidade da Federação está prevista em projeto do então senador Francisco Escórcio, que tem como relator o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Roriz assegurou, entretanto, que não quer ser candidato a governar o novo estado e chegou a dizer que assinaria "um papel em branco" confirmando essa decisão.

Ele admitiu, contudo, haver necessidade de encontrar solução para o problema da grande migração que enfrenta a capital federal, lembrando que Brasília foi planejada para ter 500 mil habitantes em 2000, e hoje conta com mais de 2 milhões.

– Temos muitas dúvidas se o novo estado será o que desejamos, que é a igualdade para todos. Não é com uma linha

Fotos: J. Freitas



DEBATE Ao lado de Paulo Octávio, Lobão e Jefferson, Joaquim Roriz (segundo à esquerda) fala aos senadores da CCJ

divisória que vamos separar o bem do mal, a boa qualidade de vida da má qualidade de vida, portanto, não posso ter posição. Mas qualquer que for o resultado eu acatarei – observou, salientando ter confiança em que o Legislativo conseguirá construir um projeto que beneficiará toda a população interessada – moradores de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Roriz afirmou que o governo do DF já está trabalhando para reduzir a pressão pelos serviços

da capital, como o de saúde. Segundo informou, 54% dos moradores do Entorno trabalham no DF; 68% utilizam os serviços médicos em hospitais e postos da cidade; o desemprego na região é o dobro, e a renda *per capita* do DF corresponde a seis vezes a do Entorno.

Jefferson Péres disse não ter posição sobre a criação de estados, mas destacou que vai buscar estudos que demonstrem a viabilidade econômica da nova unidade da Federação

proposta por Escórcio. Para o relator, criar estado que “viva de mesada federal” não seria uma boa solução. Nesse caso, ponderou, seria melhor criar um território federal.

Paulo Octávio (PFL-DF) reconheceu que o projeto tem o mérito de fazer com que o Entorno passe a ser discutido por todo o país, mas ressaltou ser contra a divisão do DF, a seu ver uma unidade da Federação que está dando certo, pelos seus indicadores econômicos.

Indicação de Aloysio Veiga para o TST vai ao Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu ontem parecer favorável à indicação do juiz Aloysio Silva Corrêa da Veiga para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Foram 17 votos a favor e 1 contrário. Veiga deixará o cargo de juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para ocupar a vaga no TST decorrente da aposentadoria do ministro Francisco Fausto. A mensagem presidencial segue para exame do Plenário.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), relator da mensagem presidencial, informou que Veiga, natural de Petrópolis (RJ), exerceu a advocacia até 1991, quando foi aprovado em concurso para juiz do Trabalho. Desde 1998, continuou o relator, o magistrado vem sendo convocado para atuar em caráter transitório no TST.

– O estado do Rio de Janeiro, por meio de seus representantes, está muito orgulhoso com a indicação de Aloysio Veiga para o cargo de ministro do TST – disse Cabral.

Ao lembrar que a Justiça trabalhista recebe anualmente 2,2 milhões de ações, Veiga elogiou a “coragem do Congresso Nacional” ao aprovar a reforma do Judiciário. Ressaltou, em especial, o dispositivo que estabelece a necessidade de conclusão dos processos judiciais em tempo razoável. Para ele, não é admissível que a sociedade continue aguardando a solução de processos judiciais por até 15 anos.



EMPENHO Aloysio Veiga exalta “a coragem do Congresso” ao aprovar reforma do Poder Judiciário

População deve ser consultada sobre proposta

A convocação de plebiscito para consulta à população de Minas Gerais e de Goiás sobre a criação do estado do Planalto Central está prevista em projeto do então senador Francisco Escórcio. Ele afirmou que os moradores de Brasília também deverão ser consultados.

O novo estado seria constituído, segundo o projeto, pelo desmembramento de quatro municípios de Minas Gerais e 25 de Goiás. Em folheto distribuído durante a audiência, Escórcio incluiu ainda 12 cidades-satélites.

Proposta de emenda constitucional (PEC 27/02) de Escórcio, também em exame na CCJ, retira a autonomia política do DF, que teria governador indicado pelo presidente da República e aprovado pelo Senado.

Comissão vai ouvir Aécio Neves e Marconi Perillo

Os governadores de Minas Gerais, Aécio Neves, e de Goiás, Marconi Perillo, também deverão ser ouvidos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a criação do estado do Planalto Central, segundo informou o relator da matéria, senador Jefferson Péres.

Ao encerrar a audiência com o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, o presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que não iria se posicionar sobre a matéria, mas ressaltou tratar-se de iniciativa de grande envergadura. Ele assinalou que a discussão sobre a proposta não pode ser feita de forma açodada.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reforçou posição, manifestada na primeira audiência, de que não concorda com a retirada de

qualquer município de Minas para compor o novo estado.

João Alberto Souza (PMDB-MA) questionou se o governo federal continuaria repassando os R\$ 4 bilhões que Brasília recebe atualmente para as áreas de educação, saúde e segurança, e se o novo estado não representaria a criação de um “favelão” em torno de Brasília caso os recursos deixem de ser repassados.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cumprimentou o autor do projeto e disse acreditar que a matéria dará a oportunidade de debater o Entorno do DF. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou ver na matéria motivação a mais para que a população dos estados envolvidos seja ouvida. Já Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a redivisão

territorial de “estados gigantes” como o Amazonas, Pará e Mato Grosso.

Para Renan Calheiros (PMDB-AL), a capital do país precisava de um projeto como o do estado do Planalto Central, visando resolver os problemas do Entorno e preservar o patrimônio histórico e cultural de Brasília. Ele assegurou estar disposto a ajudar na busca de construção de consenso em torno da idéia. Mão Santa (PMDB-PI) cumprimentou Escórcio pela grandeza do debate. Na opinião de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto vem em boa hora e é necessário que a população envolvida seja ouvida separadamente. Sibá Machado (PT-AC) considerou, pelo que foi discutido na audiência, que a criação do novo estado é justificável.